



Thiago Marrara  
Coordenador

# PRINCÍPIOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO

2ª edição revista, ampliada e atualizada

## Área específica

DIREITO ADMINISTRATIVO

## Áreas afins

DIREITO ADMINISTRATIVO,  
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS,  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## Público-alvo/consumidores

ADVOGADOS, ADMINISTRADORES  
PÚBLICOS, JUÍZES, PROMOTORES,  
PROCURADORES, ESTUDANTES DE  
GRADUAÇÃO E DE PÓS-GRADUAÇÃO

Hoje, como nunca, é preciso reunir esforços para encontrar significados básicos comuns aos princípios da Administração Pública. Essa busca é essencial, pois a fixação de referenciais teóricos serve quer para orientar aplicação prática dos princípios no âmbito dos três poderes, quer para calibrar as expectativas dos cidadãos, quer para controlar abusos no seu emprego.

Somando-se a esses esforços, essa coletânea congrega visões de grandes estudiosos do direito administrativo brasileiro sobre os princípios da legalidade, da impessoalidade, da publicidade, da moralidade, da eficiência, da segurança jurídica e do interesse público. Para cada um desses sete grandes princípios, dois os mais textos apresentam abordagens críticas e propositivas, de modo a enriquecer o debate e acentuar as diferentes perspectivas possíveis de análise.

FORMATO: 17 X 24 cm  
CÓDIGO: 10002981

P957 Princípios de Direito Administrativo / Thiago Marrara (coord.). 2. ed. – Belo Horizonte : Fórum, 2021.

543 p; 17x24cm  
ISBN: 978-65-5518-166-1

1. Direito Administrativo. I. Marrara, Thiago. II. Título.

CDD 341.3  
CDU 342.9

**Thiago Marrara** é professor de direito administrativo da USP na FDRP, livre-docente (USP), doutor pela Universidade de Munique (LMU), mestre e bacharel pela USP. É editor da *Revista Digital de Direito Administrativo da USP (RDDA)*, além de coordenador do Seminário de Pesquisa de Direito Administrativo (SPDA) e do grupo de direito administrativo da USP (GDA). Pela Editora Fórum, também publicou *Lei anticorrupção comentada* (coordenado juntamente com Maria Sylvia Zanella Di Pietro), *Processo administrativo brasileiro* (coordenada juntamente com Eurico Bitencourt) e *Bens públicos, domínio urbano, infraestruturas*.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA 2ª EDIÇÃO.....	17
--------------------------------	----

### BREVE INTROITO: POR QUE AINDA FALAR DE PRINCÍPIOS?

<b>Thiago Marrara</b> .....	19
-----------------------------	----

#### PARTE I

#### Legalidade e Segurança Jurídica

### O PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA DIANTE DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

<b>Maria Sylvia Zanella Di Pietro</b> .....	25
1 A escolha do tema.....	25
2 Do princípio da legalidade.....	26
3 Constitucionalização do direito administrativo.....	30
4 O princípio da segurança jurídica.....	32
5 O princípio da segurança jurídica no direito positivo brasileiro.....	36
6 Manutenção de atos administrativos inválidos.....	38
7 Prazo para anulação dos atos administrativos.....	40
8 Regulação dos efeitos já produzidos pelo ato ilegal.....	45
9 Conclusões.....	49
Referências.....	50

### A “CRISE” DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE DO PONTO DE VISTA DA TEORIA DA INTERPRETAÇÃO

<b>Gustavo Just</b> .....	53
1 Introdução. O princípio da legalidade, o problema da interpretação e os ideais do direito público.....	53
2 A legalidade e o modelo histórico inicial: um ponto de partida seguro para a dogmática.....	53
3 Uma organização dogmática tranquila, até que.....	54
a) O parâmetro da legalidade: lei e demais espécies normativas de <i>status</i> legal.....	54
b) Lei e normatividade administrativa.....	55
c) Lei e normas constitucionais.....	56
4 O sentido da subordinação. O problema da interpretação e a precariedade dos instrumentos dogmáticos.....	56
a) Por que a legalidade não se desvincula de um juízo interpretativo concreto?.....	57
b) A reação da dogmática: elementos precários.....	60
5 Legalidade, agências reguladoras e pluralismo normativo.....	62
6 Consideração final sobre o “lugar” da crise.....	66

### O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE, A LEI E O DIREITO

<b>Egon Bockmann Moreira</b> .....	67
1 Introdução.....	67
2 A origem do princípio da legalidade: soluções simples para tempos simples.....	68
3 O início da complexidade e os desafios da legalidade de conteúdo ativo.....	72
4 A evolução do princípio da legalidade: a lei, o Direito e os direitos.....	77
4.1 Evolução ampliativa: legalidade e juridicidade.....	78
4.2 Evolução restritiva: legalidade, sanções administrativas e relações administrativas especiais.....	79
5 Considerações finais.....	82

## ENSAIO SOBRE A AMBIVALÊNCIA DA SEGURANÇA JURÍDICA NAS RELAÇÕES DO ESTADO: DA REALIZAÇÃO DE JUSTIÇA À FACETA PERVERSA DO ARGUMENTO

<b>Irene Patrícia Nohara</b> .....	83
1 Considerações introdutórias .....	83
2 As várias dimensões de realização do anseio humano de segurança .....	84
3 Estado Democrático de Direito: estabilização ou transformação no <i>status quo?</i> .....	87
4 Insuficiência da opção metodológica positivista em erigir o rigor e a segurança como valores superiores do Direito.....	90
5 Princípio da segurança jurídica da perspectiva da tópica e da argumentação .....	92
6 Teoria do fato consumado .....	97
7 Invalidação e convalidação do ato administrativo.....	99
8 Princípio da proteção à confiança e <i>venire contra factum proprium</i> .....	101
9 Da realização de justiça à estabilização do erro .....	106
Referências .....	112

## PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA E SUA INFLUÊNCIA NA REVOGAÇÃO DAS LICITAÇÕES

<b>Cristiana Fortini</b> .....	115
1 Princípio da segurança jurídica .....	115
2 O instituto da revogação e o tratamento dispensado pela Lei nº 8.666/93 .....	117
3 Revogação, ampla defesa e contraditório.....	122
4 A influência da Lei nº 13.655/18.....	124
5 Conclusões .....	129
Referências .....	129

### PARTE II

#### Impessoalidade e Igualdade

## PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE

<b>Fernando Dias Menezes de Almeida</b> .....	133
1 Apresentação .....	133
2 Impessoalidade no contexto do Estado de Direito.....	134
3 A essência da impessoalidade: a subordinação do ato individual e concreto ao ato geral e abstrato.....	137
Referências .....	140

## NOTAS SOBRE O PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE E SUA APLICAÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO

<b>Dora Maria de Oliveira Ramos</b> .....	143
1 Introdução.....	143
2 Identificando o princípio da impessoalidade .....	143
3 Da aplicação do princípio da impessoalidade.....	149
4 Conclusão.....	154
Referências .....	154

## REFLEXÕES ACERCA DO PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE

<b>Bernardo Strobel Guimarães</b> .....	157
1 Os princípios e sua importância no Direito Administrativo brasileiro.....	157
2 A competência e o agente: vontade institucional e vontade pessoal .....	161
3 Dissipando algumas brumas: a impessoalidade e sua inter-relação com outros princípios .....	164
4 O conteúdo do princípio da impessoalidade.....	168

5	O princípio da impessoalidade como elemento definidor do regime administrativo .....	169
---	--	-----

**DIREITO ADMINISTRATIVO INCLUSIVO E PRINCÍPIO DA ISONOMIA: CRITÉRIOS PARA O ESTABELECIMENTO DE UMA DISCRIMINAÇÃO POSITIVA INCLUSIVA CONSTITUCIONAL**

<b>Paulo Henrique Macera</b> .....	171	
1	Introdução .....	171
2	Igualdade, ações afirmativas, discriminações positivas e o direito administrativo inclusivo .....	172
3	A doutrina e os critérios para o estabelecimento de uma discriminação positiva constitucional.....	182
3.1	A posição de Celso Antônio Bandeira de Mello .....	182
3.2	A posição de Manoel Gonçalves Ferreira Filho .....	186
4	O modelo jurídico proposto .....	187
4.1	Os critérios propostos.....	188
4.1.1	Critério da finalidade .....	188
4.1.2	Critério da objetividade .....	189
4.1.3	Critério da juridicidade do benefício .....	191
4.1.4	Critério da necessidade.....	191
4.1.5	Critério da adequação ou aptidão .....	192
4.1.6	Critério da proporcionalidade .....	192
4.1.7	Critério da precisão.....	194
4.1.8	Critério do ataque direto (ou imediato) aos motivos causadores das desigualdades materiais.....	196
4.1.9	Critério do não estímulo à regressão social ou econômica .....	197
4.2	Outras questões pertinentes .....	198
4.2.1	Questão da temporariedade.....	198
4.2.2	Discriminação positiva inclusiva e fontes normativas .....	199
4.2.3	Discriminações positivas inclusivas desvantajosas? .....	200
4.2.4	Discriminações positivas não neutras para tutela da igualdade formal? .....	201
5	Conclusão.....	202
	Referências .....	203

**PARTE III**

**Moralidade e Razoabilidade**

**O CONTEÚDO DO PRINCÍPIO DA MORALIDADE: PROIBIDADE, RAZOABILIDADE E COOPERAÇÃO**

<b>Thiago Marrara</b> .....	207	
1	Introdução.....	207
2	Moralidade administrativa e legitimação estatal .....	209
3	Critérios de análise da moralidade administrativa.....	211
4	Moralidade como proibidade.....	213
5	Moralidade como razoabilidade.....	218
6	Moralidade como cooperação .....	221
7	Conclusão: moralidade e boa administração .....	224
	Referências .....	226

**RAZOABILIDADE, PROPORCIONALIDADE E PROIBIDADE ADMINISTRATIVA: TUTELA ADEQUADA DO INTERESSE PÚBLICO ANTICORRUPÇÃO**

<b>José Roberto Pimenta Oliveira</b> .....	227	
1	Introdução.....	227
2	O interesse público anticorrupção.....	228

3	A razoabilidade ou proporcionalidade como postulados estruturantes do Direito Administrativo .....	238
3.1	A exigência de adequação, pertinência, idoneidade ou conformidade dos meios aos fins.....	243
3.2	A exigência de necessidade, exigibilidade, indispensabilidade, intervenção mínima ou menor ingerência possível .....	246
3.3	A exigência de proporcionalidade em sentido restrito, equilíbrio, sopesamento, balanceamento ou ponderação .....	249
4	Interesse público anticorrupção e Direito Administrativo Sancionador (DAS) Anticorrupção.....	255
5	Aspectos relevantes do DAS da probidade administrativa, à luz dos postulados da razoabilidade e da proporcionalidade .....	264
5.1	A constitucionalidade da responsabilidade objetiva de pessoas jurídicas pela prática de atos de improbidade administrativa .....	265
5.2	A constitucionalidade das formas consensuais adotadas no DAS da probidade .....	271
6	Conclusões .....	279
	Referências .....	281

## MORALIDADE ADMINISTRATIVA: UM OLHAR TRINTA ANOS DEPOIS

	<b>José Guilherme Giacomuzzi</b> .....	285
	Introdução.....	285
1	A sucessão de decisões no caso Cristiane Brasil.....	287
1.1	Em Niterói, RJ, a decisão liminar na Ação Popular nº 001786-77.2018.4.02.5102 .....	288
1.2	No STJ, a Suspensão de Liminar e de Sentença nº 2.340/RJ. ....	288
1.3	No STF, a Reclamação nº 29.508/DF.....	290
2	A densidade normativa dos princípios e a vagueza da linguagem .....	292
3	Qual moralidade na CF/88? O Direito como Midas.....	294
4	Um caminho .....	298
	Considerações finais .....	301
	Referência .....	302

## A BOA-FÉ DO ADMINISTRADO E DO ADMINISTRADOR COMO FATOR LIMITATIVO DA DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA

	<b>Thiago Marrara</b> .....	305
1	Introdução.....	305
2	A discricionariedade administrativa e seus tipos básicos.....	307
a)	Discricionariedade quanto à ação ou o exercício da competência administrativa (ou “discricionariedade de agir”) .....	309
b)	Discricionariedade quanto ao conteúdo da ação administrativa (ou “discricionariedade no agir”).....	311
c)	Discricionariedade quanto às formalidades da ação (ou “discricionariedade quanto à forma para agir”) .....	311
d)	Discricionariedade quanto às finalidades da ação? .....	313
3	Discricionariedade, vinculação e interpretação.....	314
4	Vícios de discricionariedade.....	317
a)	Primeiro vício: desconhecimento da discricionariedade .....	317
b)	Segundo vício: excesso de discricionariedade .....	318
c)	Terceiro vício: mau uso da discricionariedade .....	318
5)	Desaparecimento da discricionariedade: redução a zero e autovinculação.....	319
a)	Redução integral da discricionariedade .....	319
b)	Teoria dos fatos próprios (autovinculação).....	321

6	Boa-fé: considerações gerais .....	323
7	Boa-fé do administrado como fator restritivo da discricionariedade .....	325
a)	Vinculação à jurisprudência administrativa .....	326
b)	Vinculação à coisa julgada e às orientações gerais.....	327
c)	Redução da discricionariedade sancionatória .....	329
8	Boa-fé do administrado e flexibilização da legalidade.....	330
a)	Revisão da sanção administrativa .....	331
b)	Manutenção do ato ilegal ampliatiivo.....	332
9	Boa-fé do administrador como fator restritivo da discricionariedade.....	333
10	Conclusão.....	336
	Referências .....	338

PARTE IV  
Publicidade

PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE

	<b>Wallace Paiva Martins Junior</b> .....	341
1	Introdução.....	341
2	Transparência e publicidade .....	342
3	Publicidade: considerações gerais .....	344
4	Publicidade: dever .....	347
5	Publicidade: direito.....	351
6	Publicidade e sigilo.....	357
7	A publicidade e os atos da Administração Pública.....	359
8	Publicidade e iniciativa legislativa .....	360
9	Propaganda governamental .....	361

PUBLICIDADE ADMINISTRATIVA E SUA CONFORMAÇÃO  
CONSTITUCIONAL

	<b>Fabício Motta</b> .....	365
	Introdução.....	365
1	O Direito Administrativo e a luta por uma Administração visível .....	365
2	Princípio democrático e publicidade .....	369
3	Princípios e regras.....	373
4	Publicidade, transparência e direito à informação no ordenamento jurídico-positivo .....	375
5	Notas finais .....	381
	Referências .....	382

O PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE: UMA PROPOSTA DE  
RENOVAÇÃO

	<b>Thiago Marrara</b> .....	383
1	Introdução: pela ampliação do princípio da publicidade.....	383
2	Publicidade formal.....	385
3	Publicidade educativa .....	386
4	Publicidade-transparência .....	390
5	Publicidade-participação .....	393
6	Publicidade interna.....	399
7	Conclusão.....	400
	Referências .....	402

## MOTIVAÇÃO, PUBLICIDADE E CONTROLE: ALGUMAS REFLEXÕES

<b>Shirlei Silmara de Freitas Mello</b> .....	403
1 Considerações iniciais .....	403
2 Motivação .....	405
2.1 Conceito, natureza jurídica e fundamentos do dever de motivar .....	407
2.2 Hipóteses: obrigatoriedade ampla .....	411
2.3 Controle dos motivos do ato: vinculação, discricção e conceitos fluidos.....	413
3 Publicidade .....	418
3.1 Conceito e fundamentos do dever de divulgar os atos .....	418
4 Considerações finais .....	421
Referências .....	422

## PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE – CRITÉRIOS PARA SUA EFETIVIDADE

<b>Daniela Campos Libório</b> .....	423
Referências .....	427

### PARTE V Eficiência

## A EFICIÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO BRASILEIRO: UMA QUESTÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA

<b>Emerson Gabardo</b> .....	431
1 A eficiência como questão política: entre legitimidade e governabilidade.....	431
1.1 Introdução: a insolúvel questão democrática .....	431
1.2 A questão da legitimação do governo pela eficiência da ação .....	434
2 A eficiência como questão administrativa: o princípio constitucional entre o público e o privado .....	440
2.1 Introdução: eficiência e crise do setor público.....	440
2.2 O princípio constitucional da eficiência administrativa.....	444
Referências .....	450

## PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA

<b>Guilherme Adolfo dos Santos Mendes</b> .....	455
1 Introdução.....	455
2 O conceito de eficiência.....	458
3 Eficiência e os demais princípios do Direito Administrativo .....	469
4 Eficiência e as atividades administrativas.....	471
5 Conclusão.....	475

## O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA

<b>Alexandre Santos de Aragão</b> .....	477
---	-----

## O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA E O DIREITO FUNDAMENTAL À BOA ADMINISTRAÇÃO

<b>Bruno Santos Cunha</b> .....	483
1 Nota introdutória .....	483
2 Contextualização histórica da Administração Pública: a boa administração e o controle da atuação administrativa .....	483
3 Boa administração e gestão pública: a imbricação com as reformas do Estado .....	488

4	Expressões e origens da boa administração no ambiente jurídico: a imbricação necessária com a eficiência .....	493
5	Conclusão: o direito fundamental à boa administração.....	500
	Referências .....	502

PARTE VI  
Interesse Público

BREVE SÍNTESE DA POLÊMICA EM TORNO DO CONCEITO DE INTERESSE PÚBLICO E SUA SUPREMACIA: TESE CONSISTENTE OU DEVANEIOS DOUTRINÁRIOS?

<b>Marcelo Figueiredo</b> .....	507
1 Introdução .....	507
2 A visão dos juristas brasileiros contemporâneos .....	508
3 A visão dos juristas “clássicos” brasileiros .....	510

INTERESSES PÚBLICOS E PRIVADOS NA ATIVIDADE ESTATAL DE REGULAÇÃO

<b>Floriano de Azevedo Marques Neto</b> .....	519
1 A dicotomia público e privado no direito moderno .....	519
2 Duas tradições: europeia e latino-americana .....	520
3 A prevalência do privado: a intrusão como exceção .....	521
4 A prevalência do público: a intrusão como regra .....	521
5 O itinerário do interesse público: delimitação, justificação e operacionalidade do poder .....	522
6 A construção do paradigma da dicotomia absoluta .....	523
6.1 O interesse público único .....	524
6.2 A autonomia do interesse público .....	525
6.3 A exclusividade estatal na consecução do interesse público .....	525
7 O paradigma autoritário da esfera pública .....	527
8 A erosão do paradigma autoritário .....	528
8.1 Sociedades complexas e multiplicidade de interesses legítimos .....	528
8.2 Direitos fundamentais e administração processual .....	529
8.3 Sociedades ativas, crise fiscal e mecanismos de cooperação .....	529
9 Um novo paradigma da relação público-privado .....	530
9.1 Da autoridade para o consenso .....	530
9.2 Do ato para o processo .....	530
9.3 O novo contrato administrativo .....	531
9.4 A nova empresa estatal .....	532
9.5 Serviço público em competição .....	532
9.6 O novo regime dos bens públicos .....	533
10 A importância da moderna regulação .....	534
10.1 A institucionalização do poder .....	536
10.2 Neutralidade e o equilíbrio de interesses .....	537
10.3 A participação dos interessados .....	538
11 O novo desafio: espaço público eficiente e espaço privado autônomo .....	538

SOBRE O COORDENADOR..... 541

SOBRE OS AUTORES..... 541

**Thiago Marrara**

Professor de Direito Administrativo da USP (FDRP) e consultor jurídico. Livre-Docente pela Faculdade de Direito da USP (FD). Doutor em Direito Administrativo pela Universidade de Munique (LMU). Bacharel e Mestre em Direito Administrativo pela USP (FD). Editor da *Revista Digital de Direito Administrativo da USP* (RDDA). Redigiu ou organizou, entre outras obras: *Lei anticorrupção comentada* (Fórum), *Processo administrativo brasileiro* (Fórum), *Direito administrativo: transformações e tendências* (Almedina), *Controles da Administração e Judicialização de Políticas Públicas* (Almedina), *Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência* (Atlas), *Tratado de direito administrativo, v. 3: direito administrativo dos bens e restrições estatais à propriedade* (RT), *Processo administrativo: Lei 9.784/1999 comentada* (RT), *Manual de direito administrativo* (Obben), *Estatuto da Metrópole Comentado* (FDRP/USP) e *Responsabilidade do Estado* (Liberars).

SOBRE OS AUTORES

---

**Alexandre Santos de Aragão**

Bacharel em Direito pela UERJ (1991). Mestre em Direito pela UERJ (2001) e Doutor em Direito pela USP (2005). Professor Titular de Direito Administrativo da UERJ. Professor do Mestrado em Regulação e Concorrência da UCAM. Professor Visitante do Instituto de Economia da UFRJ. Foi Professor da Pós-Graduação da FGV – Rio de Janeiro e São Paulo. Procurador do Estado do Rio de Janeiro. Advogado.

**Bernardo Strobel Guimarães**

Mestre e Doutor em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Professor de Direito Administrativo da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Advogado em Curitiba/PR.

**Bruno Santos Cunha**

Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (USP). *Masters of Laws – L.L.M.* pela University of Michigan Law School. Doutorando em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Ex-Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Procurador do Município de Recife. Professor de Direito Constitucional e Administrativo. Advogado.

**Cristiana Fortini**

Doutora em Direito Administrativo pela UFMG. Professora Adjunta de Direito Público da UFMG. Foi Controladora-Geral do Município de Belo Horizonte. Coordenadora da Escola Superior da OAB. Diretora-Secretária do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo. Advogada.

**Daniela Campos Libório**

Mestre e Doutora em Direito Urbanístico Ambiental. Especialista em Políticas Ambientais. Pós-Doutora em Gestão de Águas para Consumo Humano. Professora da graduação e pós-graduação da PUC-SP. Pesquisadora. Foi Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU). Advogada.

**Dora Maria de Oliveira Ramos**

Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Procuradora do Estado de São Paulo desde julho de 1985. Especialista em Direito Civil pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Mestre e Doutora em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Professora Convidada da Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo.

**Egon Bockmann Moreira**

Professor da Faculdade e da Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, onde é coordenador do Núcleo de Pesquisa em Direito Econômico (NUPEDE). Professor Visitante da Faculdade de Direito de Lisboa (2011). Mestre e Doutor em Direito do Estado, pela UFPR e Pós-Graduado em Relação Pública e Concorrência, pela Faculdade de Direito de Coimbra. Advogado e consultor em Curitiba (PR). É um dos diretores da *Revista de Direito Público da Economia – RDPE*. Advogado.

**Emerson Gabardo**

Professor Titular de Direito Administrativo da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Professor Associado de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Professor Visitante Sênior no J. W. Peltason Center for the Study of Democracy at University of California. Diretor Executivo do NINC – Núcleo de Investigações Constitucionais da Universidade Federal do Paraná. Ex-vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (2017-2019). Doutor em Direito do Estado pela UFPR, com estágio de doutoramento na Universidade Clássica de Lisboa.

**Fabrcio Motta**

Graduado em Direito pela Universidade Federal de Goias (1998). Mestre em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Minas Gerais (2002). Doutor em Direito do Estado pela Universidade de So Paulo (2007). E Professor Adjunto de Direito Administrativo na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goias (UFG) e Conselheiro do Tribunal de Contas dos Municpios de Goias (TCM-GO). Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (2017-2020).

**Fernando Dias Menezes de Almeida**

Professor Titular de Direito Administrativo da USP. Doutor e Livre-Docente pela Faculdade de Direito da Universidade de So Paulo (USP). Diretor Administrativo da Fundao de Amparo a Pesquisa do Estado de So Paulo (FAPESP).

**Florianio de Azevedo Marques Neto**

Professor Titular de Direito Administrativo da USP e Diretor da Faculdade de Direito da USP. Livre-Docente em Direito Pblico pela Faculdade de Direito da USP. Presidente da Asociacin Iberoamericana de Estudios de Regulacin (ASIER). Vice-Presidente da Sociedade Brasileiro da Direito Pblico. Advogado.

**Guilherme Adolfo dos Santos Mendes**

Professor Doutor de Direito Tributrio (USP-FDRP). Bacharel, Mestre e Doutor em Direito pela USP. Auditor-Fiscal da Receita Federal. Conselheiro do CARF (antigo Conselho de Contribuintes).

**Gustavo Just**

Professor Associado da Universidade Federal de Pernambuco. Procurador da Fazenda Nacional. Publicou *Os limites da reforma constitucional* (Rio de Janeiro: Renovar, 2000) e *Interpréter les théories de l'interprétation* (Paris/Torino/Budapest: L'Harmattan, 2005).

**Irene Patricia Nohara**

Livre-Docente em Direito Administrativo (2012, USP). Doutora (2006) e Mestre (2002) em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da USP. Professora-Pesquisadora do Programa de Pós-Graduao *Stricto Sensu* em Direito Político e Econômico da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM).

**José Guilherme Giacomuzzi**

Doutor em Direito pela George Washington University Law School. Professor de Direito Administrativo na UFGRS.

**José Roberto Pimenta Oliveira**

Mestre e Doutor em Direito do Estado pela PUC-SP. Professor de Direito Administrativo da PUC-SP, dos Cursos de Graduao e Pós-graduao em Direito. Líder do Grupo de Pesquisa Direito e Corrupção (PUCSP-CNPQ). Presidente do Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro (IDASAN). Procurador Regional da República na 3ª Região. Coordenador Adjunto do Núcleo de Combate à Corrupção da PRR da 3ª Região (MPF).

**Marcelo Figueiredo**

Advogado e Professor de Direito Constitucional nos cursos de graduao e pós-graduao da Pontifícia Universidade Católica de So Paulo. Diretor da Faculdade de Direito da PUC-SP. Membro consultor da Comissão Especial de Pesquisa e Pós-Graduao em Direito da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Presidente da Associação Brasileira de Constitucionalistas Democratas (ABCD), seção brasileira junto ao Instituto Ibero-Americano de Direito Constitucional, com sede no México. Obteve por concurso público os títulos de Mestre, Doutor, Livre-Docente, fazendo paralelamente os concursos de carreira, sendo, atualmente, Professor Associado aguardando o cumprimento de prazo regimental para a realizao do concurso de Professor Titular. E membro do corpo diretivo (Executive Committee) da IACL – International Association of Constitutional Law – na qualidade de jurista brasileiro, Membro do IAB – Instituto dos Advogados Brasileiros –, Membro do IARGS – Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul –, Membro da AASP – Associação dos Advogados de So Paulo –, Ex-Diretor da IBDA – Instituto Brasileiro de Direito Administrativo –, Ex-Membro Assessor e depois Secretário da Comissão de Estudos Constitucionais do Conselho Federal da OAB – Brasil.

**Maria Sylvia Zanella Di Pietro**

Professora Titular de Direito Administrativo aposentada da Faculdade de Direito da Universidade de So Paulo (USP). Procuradora do Estado de So Paulo aposentada. Docente Colaboradora da Universidade Federal de Goias.

**Paulo Henrique Macera**

Doutorando e Mestre em Direito do Estado (subárea Direito Administrativo) pela FDUSP. Bacharel em Direito pela FDUSP. Especialista em Direito Pblico pela Escola Paulista da Magistratura (EPM). Parecerista em revistas científicas da área de Direito Pblico. Procurador da Câmara Municipal de Campinas/SP. Advogado Consultor.

**Shirlei Silmara de Freitas Mello**

Doutora em Direito pela UFMG. Professora Titular de Direito Administrativo e Processo Administrativo na Universidade Federal de Uberlândia, nos cursos graduação, especialização e mestrado, nas disciplinas de Direito Administrativo e Processo Administrativo. Orientadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Processo Administrativo (GEPPA), na UFU. Autora da obra *Tutela cautelar no processo Administrativo* (Mandamentos). Ganhadora do 2º lugar do *Prêmio Paulo Neves de Carvalho*, no Concurso Teses do VII Congresso Mineiro de Direito Administrativo, em maio de 2011. Ex-Professora de Direito Administrativo no curso de Graduação em Direito na USIMINAS, atual Faculdade Pitágoras. Ex-Professora de Direito Administrativo nos cursos de Graduação e Mestrado em Direito na UEMG – Ituiutaba/MG.

**Wallace Paiva Martins Junior**

Promotor de Justiça (SP). Doutor em Direito do Estado (FADUSP) e Professor Titular de Direito Administrativo (UNISANTOS). Autor dos livros *Probidade administrativa*, *Transparência administrativa*, *Remuneração dos agentes públicos* (Saraiva) e *Controle da administração pública pelo Ministério Público* (Juarez de Oliveira).